

Além do Paraíso: animais, insetos e peçonha na América portuguesa do século XVI

WELLINGTON BERNARDELLI SILVA FILHO*

CHRISTIAN FAUSTO MORAES DOS SANTOS**

Em toda a história, espécie animal nenhuma alcançou tal grau de dispersão pelo globo como o homem. Desde os períodos mais imemoriais, nosso desígnio maior é expandir para além de nossas fronteiras, desbravar novas terras e assim, com sorte, ao retirar o véu do desconhecido, descobrir algo que torne nossas vidas mais confortáveis. Com eficiência nos espalhamos pelo planeta, adaptamo-nos a todos os continentes da terra, das regiões mais áridas às mais pantanosas; fizemos brotar dos campos mais estéreis o nosso sustento, aperfeiçoando nossas técnicas e conhecimento a ponto de fazer à natureza, muitas vezes adversária a vida humana, submeter-se ao nosso julgo. Jared Diamond chama esse processo de expansão como “O Grande Salto Adiante”, quando há cinquenta mil anos a espécie humana passa a melhor dominar e produzir ferramentas, utensílios e a produzir arte, como as contas de cascas de ovos de avestruz. Esses são os primeiros passos do *homo sapiens* para além do Leste da África. (2009: 39 – 41)

Difícil seria eleger um único exemplo, um evento ímpar que ilustre o potencial e predileção humana à exploração, porém é impossível fechar os olhos a importância da *Carreira das Índias* para a história do homem, bem como, evento ligado intimamente a ela, o descobrimento e colonização do Novo Mundo. Torna-se ainda mais digno de reverência o fato dela ter sido executada, em sua maior parte, por homens oriundos das duas nações ibéricas, Espanha e Portugal, essa segunda tão pequena em dimensões territoriais, possuidora de número diminuto de habitantes, mas que, devido às aptidões e habilidades características de seu povo, mesmo com todas as improbabilidades inerentes ao intento, se espalharam por todo o planeta. Todavia, mesmo frente à grandiosidade de seus feitos, estudiosos persistem em defini-los como “desleixados”, afirmando que seu empreendimento “se fez, apesar de seus autores”. (HOLANDA, 1995: 43)

* Aluno do programa de mestrado da Universidade Estadual de Maringá e integrante do Laboratório de História, Ciência e Ambiente.

** Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, Pós-Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Nação Ibérica que ocupa a porção mais ocidental do território europeu, Portugal tem, desde sua gênese, ligação direta com o mar. Devido há suas características geográficas montanhosas e de clima seco, em especial ao sul, que dificultam o plantio de culturas agrícolas em proporção suficiente para garantir o sustento de toda sua população, o país se viu impelido a lançar-se ao mar em busca da contraparte para a sua alimentação por meio da pesca do badejo e a caça à baleia, posteriormente realizando também o transporte de produtos para os principados itálicos no século XIV (PESTANA RAMOS, 2004: 22 - 23).

O gradativo aperfeiçoamento das técnicas náuticas, bem como o conhecimento dos altos lucros originários do comércio das especiarias orientais que enriqueciam os venezianos, impeliu a corte portuguesa, no início do século XV, a buscar uma rota alternativa até a Índia, por meio da circunavegação do continente africano, e assim eliminar o monopólio do principado italiano no comércio das especiarias. Intento esse realizado somente no final daquele século pelo navegador Vasco da Gama.

Ao alcançar a costa sudoeste da Índia em 1498, próximo a cidade de Calicute, Vasco da Gama e a coroa portuguesa conseguem derrotar não só os problemas práticos inerentes a essa expedição e responsáveis pelo fracasso das antecessoras, como as intempéries marítimas, as súbitas mudanças da direção dos ventos, as doenças que estavam sensíveis e a terrível possibilidade de se findar os provimentos em alto mar e todos os tripulantes estarem a julgo da fome, mas além de todas essas dificuldades, o sucesso do empreendimento marcava também o triunfo frente a barreira ideológica que relegava o intento português de navegar ao sul do equador o seu irremediável fracasso. O então conhecimento europeu acerca da Terra sustentava a impossibilidade de alcançar o hemisfério sul do planeta devido a existência de uma zona tórrida entre a região da linha do equador. Dessa forma, qualquer empresa que se lançasse, seja ao mar ou pela terra, ao alcançar tal zona, seria devastada pelo calor ou mesmo consumida pelo fogo.

Não acreditamos que seja difícil imaginar quão árduo e penoso deve ter sido a *Carreira das Índias* para seus autores, entretanto, é válido propormos aqui um jogo de imaginação, uma tentativa de colocarmo-nos no papel de um de seus atores sociais. Usaremos como exemplo um marujo português quinhentista que, um dia, encontrando-se na região portuária da cidade de Lisboa, se vê próximo a embarcar em uma das tentativas de circunavegar o continente africano, de dimensões desconhecidas por todos,

em uma viagem que não se previa quanto tempo poderia durar, com provisões de água e alimento limitadas, com escasso ou mesmo nenhum conhecimento cartográfico prévio de um percurso que, se tudo ocorresse bem, se acreditava levar ao Oriente, rico em pimentas, cravos e canela, que traria riqueza aos tripulantes, porém, levaram tantos outros com o mesmo objetivo ao encontro da morte.

Mudemos nosso foco ao Rei de Portugal e a situação em que se encontrava ao colocar boa parte de seus escassos recursos na tentativa de alcançar, por vias marítimas, o Oriente. Seguidas tentativas levaram somente ao fracasso e ao prejuízo, em um retrospecto que levaria qualquer outro a crer no malogro de uma empresa que, até então, só consumia pessoas e recursos. Apesar dos pesares, de todo o infortúnio e derrotas, Portugal seguiu em frente e abriu a rota marítima para o Oriente, suprindo a Europa das especiarias orientais, trazendo riqueza e prosperidade ao pequeno reino da Península Ibérica.

Não pretendemos nessas páginas ter o pretensioso objetivo - e discutido a exaustão - de analisar se fora ou não intencional a descoberta da América portuguesa, inegavelmente ligada a Carreira das Índias. Antes, partimos do princípio de ser mais digno de reflexão o fato de que o *achamento* da Terra de Santa Cruz não expandiu somente os limites geográficos conhecidos pelo homem europeu, mas também as fronteiras do conhecimento construído até então. A natureza que se erguia à frente dos colonizadores portugueses do século XVI que, por vezes, se mostrava hostil a esses homens, representava um importante fator complicador à exploração do território recém descoberto. Esse impasse dava-se pelo desconhecimento que os europeus tinham acerca da biota a qual estavam defronte: a Mata Atlântica, zona biogeográfica mais rica que qualquer outra floresta tropical do planeta e possuidora de grande número de espécies endêmicas em seu meio (DEAN, 1996, p. 25).

A descoberta destas terras ao sul do equador, com uma população humana considerável e que abrigava uma fauna e flora extremamente rica – e muito mais numerosa que a existente na Europa – representou uma ruptura epistemológica, visto que as teorias antigas e até então aceitas como modelos universais e inquestionáveis, não explicavam a origem e nem a dispersão dos seres vivos existentes na América portuguesa. Claro que essa preocupação era maior entre os clérigos, porém nem só no âmbito religioso a descoberta do Novo Mundo fomentou formulações de novas teorias.

A existência de tão rica fauna e flora desafiava os estudiosos da filosofia natural em classificar essas novas espécies encontradas na América, seja encaixando-as as até então existentes ou mesmo formulando novos métodos classificatórios, ou seja, transformar o caos em cosmos.

A classificação do mundo natural na América portuguesa quinhentista pode até nos sugerir uma prática pouco proveitosa no que se refere à manutenção do colonizador inserido na biota sul americana, no desenvolvimento de técnicas que permitissem sua sobrevivência ou mesmo na busca de animais e plantas que servissem para ele como alimentos, entretanto era essa uma das principais preocupações encontrada nos registros deixados pelos europeus que aqui estiveram durante o século XVI, em especial em seus últimos decênios. O cuidado em descrever as plantas e animais e subdividi-las em “como as nossas” e “aquelas que diferem as nossas” é uma regra seguida pela maior parte dos viajantes, colonizadores e clérigos que estiveram na América portuguesa quinhentista, ação essa própria da mentalidade de sua época, onde as similitudes do que observava com relação ao que já conhecia foi a força motriz da construção do conhecimento europeu (FOUCAULT, 1999: 23 – 35). Dessa forma, os viajantes buscavam em seus relatos transmitir todo o conhecimento que conseguiam deter sobre os usos práticos dessa fauna e flora, seus valores medicinais ou alimentícios, os perigos existentes no consumo ou ataque daqueles que possuem veneno em seu interior, enfim, empenhavam-se em descrever as particularidades de cada espécie com o qual tinham contato.

Para esses viajantes, descrever essa nova natureza era uma forma de tomar conhecimento de suas qualidades e de seus perigos. Mesmo no século XVI os portugueses tinham a consciência de que novos ambientes poderiam revelar, além de novas possibilidades mercantis, novas doenças. Assim sendo, conhecer a biota da nova possessão, sesmaria ou Colônia poderia significar a diferença entre a vida e a morte; mais do que uma questão de enriquecimento, saber a qual planta recorrer quando da picada de um animal peçonhento, por exemplo, era uma questão de sobrevivência. Desse modo, para esses colonizadores, catalogar a fauna e flora brasileira não era somente uma questão de encontrar elementos de poderio econômico, mas também uma forma de encontrar a panacéia para as diferentes ameaças que esta natureza apresentava. Exemplo desse fato pode-se constatar no relato do cronista português Pero de

Magalhães Gandavo, em seu livro “História da Província de Santa Cruz”, escrito em 1587, durante sua passagem pela América portuguesa:

Hum certo genero de arvores ha tambem pelo mato dentro na Capitania de Pernambuco a que chamam Copahibas de que se tira balsamo mui salutifero e proveitoso em extremo, para enfermidades de muitas maneiras, principalmente das que procedem da frialdade: causa grandes effeitos, e tira todas as dores por graves que sejam em muito breve espaço. Pera feridas ou quaesquer outras chagas, tem a mesma virtude, as quaes tanto que com elle lhe acodem, saram mui depressa, e tira os signaes de maneira, que de maravilha se enxerga onde estiverão e nisto faz vantagem a todas as outras medicinas. Este oleo nam se acha todo o anno perfeitamente nstas arvores, nem procuram ir busca-lo senam no estio que he o tempo em que asinaladamente o criam. E quando querem tira-lo dão certos golpes ou furos no tronco dellas pelos quaes pouco a pouco estão estilando do âmago este licor precioso.” (GANDAVO, 1963: 38)

Copahibas não foram plantas que despertaram o interesse comercial mercantilista, não eram exportadas para a metrópole em grande quantidade como outros gêneros silvícolas, mas como negar a importância delas, e de outras plantas, para a Colonização e a manutenção do colonizador na América portuguesa? Não pretendemos, nessas páginas, discutir uma questão que tanto precede quanto coexiste às dinâmicas de extrativismo e monocultura que a historiografia clássica identifica na economia colonial. Para além da identificação de um pretenso senso aventureiro caracterizado nas viagens ultramarinas ou empreendedorismo evidenciado na extração do nativo pau-brasil e plantio da exótica cana-de-açúcar, havia características no cotidiano do colonizador quinhentista que, poucas vezes, foram observadas pela historiografia. Tanto o pau-brasil quanto a cana-de-açúcar possuíam, à época, um considerável valor mercantil na Europa o que, obviamente, eram, também, os principais motivadores da travessia do Atlântico no século XVI. Entretanto, nenhum destes dois produtos possuía qualquer importância quando a questão envolvia sobrevivência.

Sabe-se que, no século XVI as ciências passavam por um processo de transição paradigmática. Nesse contexto, as formas de classificação, no que diz respeito à natureza, estavam atreladas ao clima intelectual da época marcado pela presença de um forte senso observatório e espírito investigativo, onde colonizadores como Gabriel Soares de Souza, em seu Tratado Descritivo do Brasil em 1587, seja o exemplo mais

fidedigno de observação meticulosa da natureza, preocupando-se em descrever com minúcia as características da fauna e flora e suas aplicações. Dessa forma, imbuídos dessa curiosidade peculiar e fascinados com um mundo natural repleto de formas, belezas e cores, os homens, que aqui aportavam, aplicaram-se em observar, descrever e classificar a natureza americana que estavam se inserindo (MARQUES, 1999: 37). Para esses viajantes, descrever a flora e fauna recém-descobertas era a forma de revelá-las e, assim, inseri-las em uma ordem natural, visto que a História Natural ainda não havia se constituído no século XVI. Ordenar a fauna e a flora, portanto, significava ter maiores chances de sobreviver no Novo Mundo.

Diante desse universo totalmente novo, as plantas foram destaque nas crônicas, tratados e descrições dos primeiros colonizadores. Afinal, nesse ambiente inóspito, as picadas que avançavam selva adentro sujeitavam os colonizadores a lidar com feridas, arranhões, fraturas, cortes, parasitas entre outros males. Não é difícil imaginar que, àquela época, os princípios básicos de higiene eram precários e, portanto, complicações como sepse e infecções podiam levar facilmente a morte. O anteriormente citado Gabriel Soares de Souza em seu trabalho dá especial ênfase nas propriedades medicinais das ervas e plantas, seus aspectos gerais, onde podem ser encontradas e como devem proceder os homens que desejam usá-las como mezinha. Ao descrever uma planta que cresce ao longo da costa da Bahia, chamada mucunás, ele diz:

Estas favas para comer são peçonhentas, mas têm grande virtude para curar com elas feridas velhas desta maneira: depois de serem estas favas bem secas, hão-se de pisar muito bem, e cobrir as chagas com os pós delas, as quais comem todo o câncer e carne podre.(SOUZA, 1971: 205)

Nesse contexto, a flora brasílica foi de grande importância para o processo de colonização, uma vez que, nas plantas nativas podiam ser encontrados extratos para chás medicinais, emplastos, garrafadas, decocções, mezinhas, drogas e triagas. Até mesmo a resistência clerical com relação às drogas e remédios, consideradas durante a Idade Média como exercícios de bruxaria e subterfúgios contrários a moral cristã, abrandam-se no período quinhentista (CARNEIRO, 1994: 55). O jesuíta português Fernão Cardim em seu livro “Tratados da Terra e da Gente do Brasil” destina um capítulo exclusivo às “ervas que servem para mezinhas”, citando-as de acordo com seu potencial medicinal e a forma de prepará-las, como a erva *Cayapiá*, em que sua raiz “molda, deitada em agua e bebida mata a peçonha da cobra” (CARDIM, 1980: 43). Era

de suma importância dominar o conhecimento de plantas que pudessem usar contra o veneno dos animais peçonhentos a qual estavam passíveis de ataque.

Ao analisar os relatos dos viajantes, cronistas e colonizadores que aportaram na América portuguesa quinhentista, fica claro a preocupação e temor que tinham com relação aos animais peçonhentos, em especial as cobras. O temor de serem picados e padecerem devido ao seu veneno, ou mesmo assombrados pelo tamanho das espécies maiores, transformaram estes répteis em um dos animais mais temidos do Novo Mundo. A elas atribuíam faculdades mágicas, como a reconstrução de seus corpos, aparentando assim dominar uma espécie de imortalidade, como é o caso da *sucurijuba*, ou ainda chamada por outras de *sucuryúba*. Após se alimentarem de uma presa de dimensões maiores que o normal, como um veado de grande porte, rompem seu próprio ventre, conservando apenas sua cauda e cabeça imaculadas. Nessa condição, aos poucos, vão se reconstituindo novamente, “pouco e pouco iaõ criando outra carne noutra e saião dali viuas” (ANÔNIMO, 1966: 21) “isto virão e exprementarão muitos indios e moradores da terra, a estas chamão pela lingua dos indios giboiossú” (GANDAVO, 1963: 207). A crença mítica da existência de animais desconhecidos com poderes mágicos, em especial no Novo Mundo, por parte do homem europeu não tem como único exemplo a *sucurijuba*, entretanto, salta aos olhos a surpresa e admiração frente às propriedades que eles julgavam ter esse réptil.

O relato acima pode ser encarado com surpresa aos olhos contemporâneos, fazendo-nos acreditar que não passava de uma lenda da quinhentista, uma crendice popular não compartilhada pelos homens de letras da Modernidade. Entretanto, até mesmo o proeminente jesuíta José de Anchieta, em uma de suas cartas, descreve o ocorrido, em que “aves de rapina” se alimentam da carne da cobra em putrefação, onde posteriormente “a cobra, disforme, meio devorada, começa a reformar-se, crescem-lhe as carnes, estende-se-lhe por cima a pele, e volta á antiga fôrma” (ANCHIETA, 1988; 122). Esses colonizadores não tomavam a propriedade de regeneração da *sucurijuba* como uma suposição levantada pelos índios, mas sim como uma verdade de um mundo desconhecido que se mostrava mais cada vez mais surpreendente aos europeus.

Outra cobra que infligia medo nos europeus era a cascavel, também chamada de boicininga ou boitenigua, que “por onde quer que vão sempre andão rugindo e os que as ouvem têm cuidado de se guardarem dellas” (GANDAVO, 1963: 44). O guizo em sua

cauda, por si só, era motivo de espanto e temor por aqueles que se deparavam com ela em alguma picada na floresta, avisando a eminência de seu ataque. Porém, Gabriel Soares de Souza os índios afirmam “(...) que as cobras desta casta não mordem com a boca mas com aquele agulhão farpado que têm neste cascavel, o qual também retine fora da cobra” (SOUZA, 1971: 261 – 262). Sua peçonha suscita o cuidado dos colonizadores, descrito como um dos mais fortes entre as cobras, onde para se escapar com vida de seu ataque o “remedio q’ te he cortare logo o mebro mordido pera escapar se não te ahi logo cõtrapeçonha” (ANÔNIMO, 1966: 125).

Mesmo frente ao poderoso veneno da cascavel, a jararaca ocupa o lugar da detentora de veneno mais mortal. “Da Jareraca coatigua poucos escapaõ”, relata um colonizador (Idem, Ibidem: 123), e sua abundância na América portuguesa é atestada por Anchieta em um relato digno de fazer tremer o mais corajoso expolarador europeu: “destas ha tantas que estão pelas casas e caem dos telhados sôbre as camas, e quando os homens despertam se acham com elas enroscadas no pescoço e nas pernas e quando se vão a calçar pela manhã as acham nas botas” (ANCHIETA, 1988: 439). É do jesuíta também o relato de um curioso fato referente ao ataque da jararaca, em que destaca o poder de seu veneno que leva a morte em um espaço de 24 horas, no entanto, caso administrado um remédio contra a peçonha, eventualmente a pessoa pode se salvar, tornando-se assim resistente ao veneno por ela inoculado em um eventual ataque, “isto acontece com certeza entre os Índios: se forem mordidos uma só vez e escapam á morte, mordidos daí por diante, não só não correm risco de vida, como sentem até menos dor, o que tivemos mais de uma ocasião de observar” (Idem, Ibidem: 123).

Enquanto era do guizo das cascavéis que se acreditava ser a origem do veneno desta cobra, da jararaca os colonizadores já observavam ser de suas presas que a cobra inoculava seu veneno. Gabriel Soares de Souza narra surpreendente acontecimento a respeito do tema:

Têm estas cobras nos dentes presas, as quais mordem de ilhargas; e aconteceu na capitania dos Ilhéus morder uma destas cobras um homem por cima da bota, e não sentir coisa que lhe doesse, e zombou da cobra, mas ele morreu ao outro dia; e vendendo-se o seu fato em leilão comprou outro homem as botas e morreu em vinte quatro horas com lhe incharem as pernas; pelo que se buscaram as botas, e acharam nelas a ponta do dente, como de uma agulha, que estava metida na bota; no que se viu claro que estas jararacas têm a peçonha nos dentes. (SOUZA, 1971: 260)

Mata Atlântica que cercava esses homens, definitivamente, não era um local seguro. O explorador, fosse ele um jesuíta, senhor de engenhos ou comerciante de pau-brasil, não habitava literalmente as florestas tropicais da América portuguesa. Se o fazia era em momentos de desespero e, mesmo nestes casos, não deixava de antropizar, ainda que minimamente, o ambiente ao seu redor abrindo uma clareira para protegê-lo dos perigos manifestos em uma picada de cobra ou de um grande felino faminto (DEAN, 1996: 30). A hostilidade desse ambiente dava-se pelo desconhecimento dos colonizadores europeus com relação a essa nova terra e suas particularidades. A fauna e flora a que estavam diante poderia até suceder, ao primeiro momento, a impressão do paraíso relatado por Holanda (1985). No entanto, os impasses, perigos e adversidades que este meio proporcionava a eles nada tinham de paradisíacos.

Porém, nem só de serpentes e cobras compunham os perigos do Novo Mundo. Não eram poucas as espécies de aranhas que habitavam as florestas, os os das árvores, entre o vão das tabuas das casas e que, furtivamente, se escondiam dentro das botas dos colonizadores. “(...)são horríveis ver-se, de maneira que só a sua vista parece trazer deante de si veneno” (ANCHIETA, 1988: 125) destaca Anchieta acerca da repulsa de seu aspecto, além de muitas terem grandes dimensões, como é o caso da nhanduçu, que em tupi significa aranha grande, a qual conhecemos hoje como caranguejeira e que Gabriel Soares de Souza explica a razão de tal nome:

Na Bahia se cria muita diversidade de aranhas, e tão estranhas que convém declarar a natureza de algumas. E peguemos logo nas que chamam nhanduçu, as quais são tamanhas como grandes caranguejos, e muito cabeludas e peçonhentas; remetem à gente de salto, e têm os dentes tamanhos como ratos, cujas mordeduras são mui perigosas; e criam-se em paus podres, no côncavo deles, e no povoado em paredes velhas. (SOUZA, 1971: 268)

Lagartas e lacraias também eram dignas da ressalva dos colonizadores, dando conhecimento aos seus que aqui viessem posteriormente para se afastarem destes insetos e artrópodes que, apesar sua peçonha não levar a morte, causavam grande dor àquele que atacavam. O cronista e senhor de engenho Gabriel Soares avisa sobre o perigo das lacraias “(...)são tamanhos como camarões, e têm duas bocas compridas; e, se mordem uma pessoa, está atormentada com ardor vinte e quatro horas mas não periga (Idem, Ibidem: 268). Ancheita também deixa seu testemunho acerca da grande

quantidade de espécies de lagartas, de diversas cores, reconhecendo-as como semelhantes as centopéias, mas com pelos e “Se alguns deles tocarem no corpo de alguém, causam uma grande dor que dura muitas horas” (ANCHIETA, 1988: 126). Não era de grande conforto saber que caso atacado por uma lacraia ou lagarta, mesmo não correndo risco de morte, isso os levaria a ter muita dor durante um espaço de tempo considerável.

Se a peçonha dos animais e insetos terrestres representavam aos europeus perigo, seja por levarem à morte ou infringirem grande dor, dos céus um enxame de vespas e mosquitos contribuía para tornar o ofício da colonização ainda mais árduo e penoso. O mosquito conhecido como *mariguí* é relatado como tão pequeno “que mal os podes perceber com a vista” e o ardor de sua picada se assemelha ao do fogo e “(...) se te coças com as unhas, maior dor sentes; renova-se e aumenta por dois ou três dias o ardor que deixaram no corpo” (Idem, Ibidem: 133). Além de se encontrarem nos matos e florestas, elas também fazem sua morada junto a casa, como é o caso da vespa *amisagoa*, que faz seu ninho de barro “tamanhos como uma castanha” nas paredes das casas, “e elas mordem a quem lhes vai bulir nele” (SOUZA, 1971: 241). Dessa forma, o perigo mora não só nos matos e florestas, mas também junto da casa dos colonizadores, como se para lembrá-los toda hora de sua fragilidade frente ao Novo Mundo.

Novamente à terra, um grande exército de pequenos soldados são responsáveis por grandes danos, visto pelos colonizadores como um dos grandes males da terra, “são destruição desta terra, porque não ha viver com elas. Minam as casas, as igrejas, as camaras pelas paredes até o telhado” (ANCHIETA, 1988: 440). As da espécie conhecida como *guajuguaju* se faz evidenciar por Gabriel Soares de Souza:

(...) e são tantas estas formigas, quando passam, que não há fogo que baste para as queimar, e põem em passar por um lugar toda uma noite, e se entram de dia, todo um dia; as quais vão andando em ala de mil em cada fileira; e se as casas em que entram são térreas, e acham a roupa da cama no chão, por onde elas subam, fazem alevantar mui depressa a quem nela jaz, e andar por cima das caixas e cadeiras, sapateando, lançando-as fora e coçando; porque elas, em chegando, cobrem uma pessoa toda, e se acham cachorros e gatos dormindo, dão neles de feição, e em outros animais, que os fazem voar(...)(SOUZA, 1971: 270)

Outro pequeno inimigo dos europeus que causava dano maior que seu tamanho diminuto é o carrapato, encontrado nos matos e debaixo das árvores, (...) e quem anda por baixo destas árvores leva logo seu quinhão; dos quais nasce grande comichão(...) (Idem, Ibidem: 273). O mesmo pode-se dizer do bicho-de-pé, conhecido por eles como *tunga*, que requer grande cuidado e atenção aos pés, pois em razão de se fazer entrar de maneira quase imperceptível entre as unhas, faz grande mal após se instalar, sendo que “(...)no princípio da povoação do Brasil vieram alguns homens a perder os pés, e outros a encherem-se de boubas(...) (Idem, Ibidem: 274). Dessa forma, em seu relato, Gabriel Soares de Souza aconselha aqueles que desejam vir as terras recém descobertas a necessidade de estarem sempre atentos a sepe, higiene e cuidado pessoal, pois o perigo não é vem apenas dos grandes animais, mas também dos quase imperceptíveis, como esse pequeno ectoparasita.

Portanto, a análise do primeiro século da Colonização, os feitos europeus para tornar concebível a permanência e exploração do Novo Mundo - em especial por parte dos portugueses - são mais complexos que a explicação simplista da busca pelo pau-brasil e, posteriormente, o cultivo da monocultura açucareira. Ela passa, indubitavelmente, pela observação e estudo minucioso do ambiente novo em que esse europeu estava se inserindo, através da classificação da fauna e flora local. Sem o domínio dos usos práticos dos recursos naturais, o conhecimento do potencial medicinal das plantas e o os perigo que certos animais e insetos representavam para o homem, a Colonização da América portuguesa não seria possível.

Referências Bibliográficas

ANCHIETA, José de. *Cartas: Informações, Fragmentos Históricos e Sermões*. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1988.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo, Itatiaia; 1980.

CARNEIRO, Henrique. *Filtros, Mézinhos e Triacas: as drogas no mundo moderno*. São Paulo: Xamã, 1994.

Coisas Notáveis do Brasil. vol. I, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro-Ministério da Educação e Cultura, 1966.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

- DIAMOND, Jared. *Armas, Germes e Aço: os destinos das sociedades humanas*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- FOUCAULT, Michael. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. *História da Província Santa Cruz*. Rio de Janeiro: Ed. Obelisco, 1963.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.
- MARQUES, V. R. B. *Natureza em boiões: medicina e boticários no Brasil setecentista*. Campinas: Unicamp, 1999.
- PESTANA RAMOS, Fabio. *No tempo das especiarias*. São Paulo: Contexto, 2004.
- SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Edusp, 1971.